PEDIDO DE VISTA

Projeto que propõe RGA de 5,79% será analisado na próxima semana

Pedido de vista solicitado por Rogério Silva

Proposta estava em tramitação na sessão ordinária de terça-feira

FABÍOLA TORMES / Redação DS

A Revisão Geral Anual (RGA) dos servidores públicos municipais de Tangará da Serra, assim como a mudança na data base para reposição e negociação salarial para o mês de março e a concessão do reajuste salarial dos Professores da Educação Básica retornarão à discussão na Câmara Municipal na próxima semana.

Os projetos de lei nº 27/2023 – mudança na data base para reposição e negociação salarial para o mês de março; nº 31/2023 – que dispõe sobre a concessão de reajuste salarial dos professores da educação básica em efetivo exercício e fixa o piso salarial do professor magistério 40 horas; e nº 32/2023, que trata da Revisão Geral Anual dos servidores públicos municipais, estiveram em discussão na 5ª Sessão Ordinária realizada na última terça-feira, 7, e um pedido de vista adiou a votação em sete dias.

"Considerando alguns encaminhamentos (...) deliberamos pelo pedido de vista", pediu o vereador Rogério Silva, na tribuna. O pedido foi aprovado por todos.

Ao Diário da Serra, o vereador afirmou que o pedido foi motivado após reunião com o presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Tangará da Serra (SSERP), Willians Reis, que solicitou mais tempo para debater a proposta com o Executivo Municipal. "Nós, então, conversamos com os demais vereadores (...) e o encaminhamento foi para pedido de vistas de uma semana para acontecer a assembleia do Sindicato, bem como a pauta com o prefeito".

O projeto retorna a discussão na sessão ordinária da próxima terça-feira, dia 14 de março. O Sindicato busca uma revisão de 6,86%.

RESULTADO DA SESSÃO – Durante a reunião foi aprovado o Projeto de Lei nº 30/2023, autorizando a abertura de crédito especial no valor de R$12.153.619,14 para Secretaria Municipal de Saúde, para alocação de recursos para suprir as necessidades de despesa com pessoal, que atendem a atenção primária em saúde, média e alta complexidade, vigilância em saúde, Samu e Caps.

Ainda foi aprovada a abertura de crédito suplementar no valor de R$198.900,00 destinado a custear despesas da Câmara Municipal de Tangará da Serra.

Também foram aprovados em primeira discussão outros dois projetos, sendo um deles que propõe a nominação da Rua 160 localizada no bairro Jardim Tarumã como Rua Nelson Martinez Garcia.

ALMT

Proposta que limita recursos para eventos culturais será discutida com Governo MT

Segundo Botelho, expectativa é votar a matéria até final de março

Para os prefeitos o teto limite da mensagem é insuficiente

FLÁVIO GARCIA / Assessoria

O presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, deputado Eduardo Botelho (União), provocado por um grupo de nove prefeitos liderados pela Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM), definiu em reunião com a participação dos deputados Dilmar Dal Bosco (União), líder de governo na ALMT, Wilson Santos (PSD), e Beto Dois a Um (PSB), que a Casa de Leis vai debater a proposta do Governo de Mato Grosso que limita em R$ 200 mil a destinação de emendas parlamentares para os municípios realizarem eventos culturais.

Os prefeitos afirmam que o valor proposto pelo governo em mensagem governamental é insuficiente para realizar eventos nos municípios. Por conta disso, os prefeitos buscam apoio da ALMT para discutir a mensagem com o governo. Segundo os prefeitos, o teto limite da mensagem governamental é insuficiente para realização de alguns eventos tradicionais que têm o custo bastante elevado.

> "Nós vamos encontrar uma solução para essa situação (...) juntos

A expectativa é que seja feita a reconstrução do plano financeiro da proposta governamental. "Nós vamos encontrar uma solução para essa situação, vamos construir juntos com AMM, criando um parâmetro para que todos possam receber recursos suficientes para realizar os seus tradicionais eventos, mas sem nenhum tipo de abuso financeiro, valorizando a nossa cultura e nossos artistas regionais", adiantou Botelho.

Na ocasião, o presidente da Assembleia Legislativa anunciou que o deputado Beto Dois a Um será o interlocutor do Parlamento junto ao Governo do Estado para a reconstrução do plano financeiro da mensagem governamental. A ideia é dar celeridade no andamento da proposta na Casa de Leis.